

# Águas é RESPON SABILIDADE

No início de 2021, o Governo Federal emitiu um alerta: o Mato Grosso do Sul poderia enfrentar a pior seca dos últimos 90 anos, com risco iminente de crise hídrica. Cientes desta previsão, planejamos, investimos, monitoramos e agimos. Tomamos como objetivo assegurar que Campo Grande permanecesse abastecida. O nosso compromisso com a Capital foi mantido.



Investimento total de

**R\$ 50  
milhões.**

## Vencemos a maior seca

dos últimos anos.



**08**  
NOVOS

poços subterrâneos  
em operação.



**MAIS DE  
85km**

de rede coletora  
de esgoto implantados.

**1,8  
MILHÃO**

de litros de água  
por hora produzidos.



**MAIS DE  
435 MIL**

pessoas beneficiadas com  
a perfuração de novos poços.



**MAIS DE  
21,1 MIL**

pessoas beneficiadas com  
rede coletora de esgoto.



**22%**

de acréscimo na produção  
de água para os serviços  
de abastecimento.



Receita Operacional Líquida aumenta 14,8% e atinge R\$ 173,4 milhões no 4T21  
Campo Grande, 22 de fevereiro de 2022. A Águas Guariroba S.A. ("Guariroba", "concessionária" ou "Companhia"), presente em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, anuncia hoje os resultados do quarto trimestre de 2021 ("4T21") e do ano de 2021 ("12M21"). Também são apresentadas as comparações sobre o desempenho da Companhia entre o 4T21 e o quarto trimestre de 2020 ("4T20") e entre o 12M21 e o ano de 2020 ("12M20"). Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contáveis não foi examinada pelos auditores independentes.  
Durante o exercício de 2021, a Administração da Companhia realizou ajustes principalmente à capitalização de ativos intangíveis (CPC 04 - R1) e respectivos efeitos tributários em seus registros contábeis de exercícios anteriores. Consequentemente, os valores correspondentes referentes ao 12M20, apresentados neste relatório para fins de comparação, foram ajustados e rerepresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Maiores informações podem ser verificadas na nota explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras de 2021.

**Destaque:**  
• Receita Líquida<sup>1</sup> atinge R\$ 173,4 milhões no período, um aumento de 14,8% na comparação com o 4T20;

• EBITDA<sup>2</sup> atinge R\$ 137,6 milhões no período, um aumento de 38,9% na comparação com o mesmo período do ano anterior, com margem EBITDA de 79,4%;

• Aumento de 1,6% nas economias ativas, que atingiram 610,2 mil;

• Registraram índice de 87% de resolução das demandas encaminhadas através do Procon-MS, o melhor entre as empresas no ranking de reclamações.

<sup>1</sup> Valores não contemplam as receitas de construção do ativo intangível com margem próxima a zero (OCPG05)

<sup>2</sup> Valores não contemplam as receitas e custos de construção do ativo intangível e efeitos de amortização e depreciação

**Mensagens da Administração:**

Com a inovação e a sustentabilidade em seu DNA, a Águas Guariroba encerrou 2021 destacando seu compromisso em levar saúde e qualidade de vida para as pessoas através de investimentos no saneamento básico. A Companhia reforçou sua atuação social, investiu na cultura local e manteve os Profissionais Além da Conta engajados para superar uma das estiagens mais severas já registradas nos últimos anos. No último trimestre de 2021, a Águas Guariroba produziu 1,2 bilhão de litros a mais de água comparado ao mesmo período de 2020, para garantir abastecimento com qualidade e regularidade para a população.

Ressaltando sua identidade local e levando acesso à cultura e à arte para mais perto das pessoas, os 21 anos de atuação em Campo Grande foram comemorados com a entrega do maior mural de arte urbana do Mato Grosso do Sul. Os 282 m<sup>2</sup> do muro da Estação de Tratamento de Água (ETA) Lageado foram grafitados com os traços de cinco artistas sul-mato-grossenses, todos os painéis com temas regionais. Além de incentivar a produção cultural, a concessionária reforçou seu compromisso com o acesso à informação de qualidade e valorização da imprensa local. Em evento, realizado no mês de novembro, o 10º Prêmio Águas Guariroba de Jornalismo Ambiental apresentou os dez melhores trabalhos jornalísticos que abordaram o tema saneamento é meio ambiente em suas pautas em 2021. A premiação, que já é tradicional entre os jornalistas de Campo Grande, recebeu 97 inscrições divididas em cinco categorias: telejornalismo, webjornalismo, radiojornalismo, fotojornalismo e jornal impresso.

As inovações colocadas em prática pelos profissionais além da conta que compõem o time da Águas Guariroba ganharam reconhecimento nacional neste último trimestre em que dois projetos que desenvolvemos foram destaque da quarta edição do Prêmio Sustentabilidade da ABCON/SINDCON. O projeto "Programa Bacia Monitorada" foi o grande vencedor da Categoria Proteção e Restauração de Ecossistemas. Na mesma categoria, o projeto "Lodo Sustentável" recebeu a terceira colocação.

Os agentes de dignidade da Águas Guariroba também se mantiveram firmes na missão de ir além de prestar um serviço de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto para a população. Com o Voluntariado a atuação social levou a concessão para dentro de diversas entidades assistenciais de Campo Grande. No "Outubro Rosa", por exemplo, os trabalhadores arrecadaram e doaram absorventes íntimos que foram doados para mulheres em privação de liberdade.

Compromisso também com os clientes: a Águas Guariroba teve um índice de 87% de resolução das demandas encaminhadas através do Procon-MS, o melhor entre as empresas no ranking de reclamações anualmente divulgado pela instituição. A Companhia possui uma equipe dedicada e que busca a melhor solução junto ao consumidor, ponto que reforça a nossa licença social para operar.

Fazer mais, ir além do que se propõe, levar água de qualidade para todos e garantir coleta e tratamento de esgoto são os principais compromissos da Águas Guariroba. A empresa - que integra a holding Aegea, presente em 153 cidades do país, atendendo mais de 21 milhões de brasileiros, se consolida como referência nacional em saneamento e celebra de talentos e ideias para mudar a vida de mais pessoas com saúde e meio ambiente preservado.

**A Administração:**

**Destques Financeiros:**

Destques Financeiros ('000)	4T21	4T20	%	12M21	12M20	%
Receita operacional líquida <sup>1</sup>	173.375	151.034	14,8%	639.512	574.914	11,2%
Receita de água	128.287	113.564	13,0%	479.728	434.904	10,3%
Receita de esgoto	63.935	53.603	19,3%	230.786	202.130	14,2%
Deduções da receita	(18.848)	(16.133)	16,8%	(71.002)	(62.120)	14,3%
Custos e despesas operacionais <sup>2</sup>	(35.735)	(51.956)	-31,2%	(174.214)	(175.116)	-0,5%
EBITDA	137.639	99.078	38,9%	465.298	399.798	16,4%
Margem EBITDA	79,4%	65,6%	13,8 p.p.	69,5%	63,2 p.p.	10,6%
Resultado Financeiro	(22.952)	(15.826)	45,0%	(73.646)	(44.823)	64,3%
Lucro Líquido	71.254	50.611	40,8%	227.138	208.913	8,7%

**Receita Líquida:**

A receita operacional líquida<sup>1</sup> atingiu R\$ 173,4 milhões no 4T21, um aumento de 14,8% em relação ao 4T20 em função do reajuste tarifário ordinário de 4,77% ocorrido em janeiro, do reajuste extraordinário de 3,60% (última de 3 parcelas) decorrente de reequilíbrio econômico-financeiro relacionado à redução da tarifa mínima e a 1,62% referente ao reequilíbrio econômico-financeiro aprovado em 2021.

No 12M21, a receita operacional líquida cresceu 11,2% em relação ao 12M20, e atingiu R\$ 639,5 milhões. Esse crescimento é resultado dos eventos elencados anteriormente.

Os gráficos a seguir demonstram o crescimento da receita líquida entre os trimestres e os períodos acumulados:



<sup>1</sup> Receita operacional líquida registrada nas Demonstrações Financeiras Intermediárias - ITR, nota nº 14, deduzidas as receitas de construção com margem próxima a zero (OCPG05) e sem efeito-caixa, sendo R\$ 38,3 milhões no 4T21 e R\$ 157,3 milhões no 12M21.

<sup>2</sup> Valores não contemplam os custos de construção ativo intangível com margem próxima a zero (OCPG05) sendo R\$ 38,3 milhões no 4T21 e R\$ 157,3 milhões no 12M21 e exclui os efeitos de amortização e depreciação.

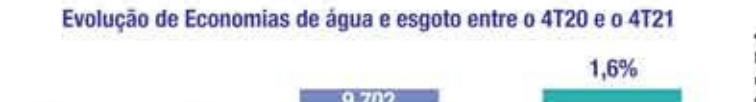
**Economias<sup>3</sup>:**

A concessionária finalizou o 4T21 com 610,2 mil economias ativas, sendo 361,2 mil economias de água e 249,0 mil economias de esgoto, totalizando um aumento de 1,6% no total de economias ativas em relação ao 4T20. Este aumento é resultante: (i) do crescimento vegetativo da população; e (ii) da expansão da cobertura de esgoto.

**Economias ativas:**

	4T21	4T20	%
Agua	361.237	360.251	0,3%
Esgoto	249.002	240.286	3,6%
Total	610.239	600.537	1,6%

O gráfico a seguir demonstra o crescimento das economias totais entre os períodos analisados:



**Economias:** Imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para o uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto. Ex: um prédio com 10 apartamentos possui uma ligação e 10 economias.

**Volume faturado:**

No 4T21, o volume faturado total foi de 22.198 mil m<sup>3</sup>, 3,0% inferior ao apresentado no 4T20. A redução no consumo é resultado das campanhas de conscientização em atendimento à resolução 77/2021 da ANA, que declarou escassez quantitativa dos recursos hídricos na região hidrográfica do estado do Paraná. A bacia hidrográfica que abastece o Paraná passa pelo estado do Mato Grosso do Sul, onde estão as operações da Companhia.

No 12M21, o volume faturado total atingiu 88.029 mil m<sup>3</sup>, uma redução de 0,5% em relação ao 12M20 em decorrência do evento anteriormente mencionado.

A tabela abaixo ilustra a comparação do volume faturado entre os trimestres e os períodos acumulados:

Volume faturado ('000 m <sup>3</sup> )	4T21	4T20	%	12M21	12M20	%
Aqua	12.980	13.567	-4,3%	51.740	52.323	-1,1%
Esgoto	9.218	9.327	-1,2%	36.289	36.118	0,5%
Total	22.198	22.894	-3,0%	88.029	88.441	-0,5%

Os gráficos a seguir apresentam a evolução do volume faturado de água e esgoto entre os trimestres e os períodos acumulados:



No gráfico a seguir é demonstrado o volume faturado por categoria de consumo. No 12M21, a maior concentração de consumo ficou com o segmento residencial, que representou 87,62% do volume total faturado.



	4T21	4T20	%	12M21	12M20	%
EBITDA ('000)	71.254	50.611	40,8%	227.138	208.913	8,7%
(+) Resultado Financeiro	22.952	15.828	45,0%	73.646	44.823	64,3%
(+) Imposto sobre Lucro	32.397	22.774	42,3%	114.309	100.685	13,5%
(+) Depreciação e Amortização	11.036	9.865	11,9%	50.205	45.377	10,6%
EBITDA	137.639	99.078	38,9%	465.298	399.798	16,4%
Margem EBITDA	79,4%	65,6%	13,8 p.p.	72,8%	69,5%	3,2 p.p.

Evolução do EBITDA entre 4T20 e 4T21 (R\$ milhões)</p



★ continuação

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, 2020 e 1º DE JANEIRO DE 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	01/01/2020	Passivo	Nota	2021	2020	01/01/2020
		(Representado)	(Representado)	(Representado)			(Representado)	(Representado)	(Representado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.547	2.698	2.726	Empréstimos e debêntures	12	64.589	188.866	157.002
Aplicações financeiras	6	526.253	602.680	170.391	Fornecedores e empreiteiros	11	25.003	31.699	24.394
Contas a receber de clientes	7	170.823	161.374	129.005	Obrigações trabalhistas e sociais	10	10.883	7.825	7.632
Estoques	4.098	763	1.426	Obrigações fiscais	9	9.294	7.582	7.716	
Tributos a recuperar	1.557	2.276	1.790	Dividendos a pagar	8	53.945	45.294	—	
Instrumentos financeiros derivativos	20	1.240	2.181	Imposto de renda e contribuição social	32.319	5.323	3.872		
Outros créditos	2.306	4.474	1.882	Outras contas a pagar	13	6.229	5.685	4.619	
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>708.824</b>	<b>776.446</b>	<b>307.420</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>202.266</b>	<b>292.274</b>	<b>205.235</b>		
Contas a receber de clientes	7	66.888	39.820	46.567	Empréstimos e debêntures	12	1.005.701	1.146.224	859.165
Tributos a recuperar	1.282	66	66	Fornecedores e empreiteiros	11	2.382	—	—	
Depósitos judiciais	14	967	777	Provisão para demandas judiciais	14	12.697	13.175	10.371	
Instrumentos financeiros derivativos	20	8.730	8.188	Passivo fiscal diferido	19 b.	88.267	89.061	74.925	
Outros créditos	1	1	4	Outras contas a pagar	13	27.184	27.187	42.766	
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>79.868</b>	<b>48.852</b>	<b>50.307</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.136.231</b>	<b>1.275.647</b>	<b>987.227</b>		
Imobilizado	6.832	5.960	2.735	<b>Capital social</b>	<b>343.639</b>	<b>124.427</b>	<b>124.427</b>		
Ativo de contrato da concessão	9	137.335	119.470	<b>Gasto com emissão de novas ações</b>	<b>(17.356)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>		
Intangível	10	921.227	830.508	<b>Reservas de lucros</b>	<b>188.375</b>	<b>15.182</b>	<b>—</b>		
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.145.262</b>	<b>1.004.790</b>	<b>941.687</b>	<b>Retenção de lucros</b>	<b>935</b>	<b>1.275</b>	<b>137</b>		
<b>Total do ativo</b>	<b>1.854.086</b>	<b>1.781.236</b>	<b>1.249.107</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>—</b>	<b>72.431</b>	<b>—</b>		
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>515.593</b>	<b>213.315</b>	<b>56.645</b>		
				<b>Total do passivo</b>	<b>1.339.493</b>	<b>1.567.921</b>	<b>1.192.462</b>		
				<b>Patrimônio líquido</b>	<b>15</b>	<b>—</b>	<b>—</b>		

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Gastos com emissão de ações	Dividendos adicionais propostos	Legal	Retenção de lucros	Prejuízos/ Lucros acumulados	Ajuste avaliação patrimonial	Reservas de lucros	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2020</b>	4	<b>124.427</b>	—	—	<b>24.885</b>	<b>16.682</b>	—	<b>137</b>	<b>166.191</b>	
Ajustes de rerepresentação		—	—	—	(24.885)	(16.682)	(67.919)	—	(109.486)	
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2020 - Reapresentado</b>		<b>124.427</b>	—	—	—	—	—	<b>137</b>	<b>56.645</b>	
Valor justo de derivativos	20	—	—	—	—	—	—	—	—	
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	—	—	—	
Destinação:		—	—	—	—	—	—	—	—	
Reserva legal	15 c.	—	—	—	7.050	—	(7.050)	—	—	
Dividendos mínimos e juros sobre capital próprio	15 d.	—	—	—	—	—	(53.381)	—	(53.381)	
Dividendos adicionais propostos	15 d.	—	—	—	72.431	—	(72.431)	—	—	
Lucros retidos	15 e.	—	—	—	—	—	8.132	(8.132)	—	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020 - Reapresentado</b>		<b>124.427</b>	—	—	<b>72.431</b>	<b>7.050</b>	<b>8.132</b>	<b>1.275</b>	<b>213.315</b>	
Aumento de capital social	219.212	—	(17.356)	—	—	—	—	—	201.856	
Valor justo de derivativos	—	—	—	—	—	—	—	—	227.138	
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	(340)	(340)	—	
Destinação:		—	—	—	—	—	—	—	—	
Reserva Legal	15 c.	—	—	—	11.357	—	(11.357)	—	—	
Dividendos mínimos e juros sobre capital próprio	15 d.	—	—	—	—	—	(53.945)	—	(53.945)	
Dividendos intermediários e intercalares	15 d.	—	—	—	(72.431)	—	—	—	(72.431)	
Lucros retidos	15 e.	—	—	—	—	—	161.836	(161.836)	—	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>343.639</b>	—	—	<b>18.407</b>	<b>169.968</b>	<b>—</b>	<b>935</b>	<b>515.593</b>	

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Águas Guariroba S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), desde 06 de agosto de 2014, domiciliada no Brasil, com sede localizada na cidade de Campo Grande - MS. A Companhia foi constituída em 29 de setembro de 2000, iniciando efetivamente suas operações em 18 de outubro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão nº 104 com a Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS.

O objeto do referido contrato consiste na exploração dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário outorgados em toda a área territorial do Município de Campo Grande - MS, sob o regime de concessão e em caráter de exclusividade, pelo prazo inicial de 30 anos.

Segmento Operacional

A Administração da Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

Em abril de 2012, foram celebrados entre a Companhia e a Prefeitura Municipal de Campo Grande, o 3º e 4º termos aditivos ao Contrato de Concessão nº 104, que determina a extensão do prazo de concessão para exploração e prestação de serviços até 23 de agosto de 2060 ("prazo da concessão"), como consequência de reequilíbrios econômicos e financeiros, decorrentes da execução de serviços adicionais no escopo inicial e em função da incorporação da universalização da coleta e tratamento de esgoto não prevista no contrato original.

Na sequência, a partir de 2014, a Companhia recebeu, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, a determinação para que a Concessionária direcionasse os investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para acompanhamento do cronograma de obras de pavimentação e implantação de redes de drenagem de águas pluviais, previstas no programa "Pavimentação e qualificação de vias urbanas" da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, o que impactou o cronograma de universalização dos serviços de coleta de esgoto. Em razão disso, por meio de ato do Município de Campo Grande, as metas de expansão do serviço público de esgotamento previstas no 4º Termo aditivo ao Contrato de Concessão foram suspensas, para que as obras fossem direcionadas aos locais contemplados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A Companhia recebeu, em 16 de outubro de 2017, da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande (AGEREG), Ofício, determinando a suspensão dos efeitos do 3º e do 4º termos aditivos, em cumprimento à decisão liminar nº 122/2017, proferida pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, no âmbito do processo administrativo TC/115374/2012.

Na sequência, a partir de 2014, a Companhia recebeu, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, a determinação para que a Concessionária direcionasse os investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para acompanhamento do cronograma de obras de pavimentação e implantação de redes de drenagem de águas pluviais, previstas no programa "Pavimentação e qualificação de vias urbanas" da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, o que impactou o cronograma de universalização dos serviços de coleta de esgoto. Em razão disso, por meio de ato do Município de Campo Grande, as metas de expansão do serviço público de esgotamento previstas no 4º Termo aditivo ao Contrato de Concessão foram suspensas, para que as obras fossem direcionadas aos locais contemplados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A Companhia recebeu, em 16 de outubro de 2017, da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande (AGEREG), Ofício, determinando a suspensão dos efeitos do 3º e do 4º termos aditivos, em cumprimento à decisão liminar nº 122/2017, proferida pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, no âmbito do processo administrativo TC/115374/2012.

Na sequência, a partir de 2014, a Companhia recebeu, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, a determinação para que a Concessionária direcionasse os investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para acompanhamento do cronograma de obras de pavimentação e implantação de redes de drenagem de águas pluviais, previstas no programa "Pavimentação e qualificação de vias urbanas" da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, o que impactou o cronograma de universalização dos serviços de coleta de esgoto. Em razão disso, por meio de ato do Município de Campo Grande, as metas de expansão do serviço público de esgotamento previstas no 4º Termo aditivo ao Contrato de Concessão foram suspensas, para que as obras fossem direcionadas aos locais contemplados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A Companhia recebeu, em 16 de outubro de 2017, da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande (AGEREG), Ofício, determinando a suspensão dos efeitos do 3º e do 4º termos aditivos, em cumprimento à decisão liminar nº 122/2017, proferida pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, no âmbito do processo administrativo TC/115374/2012.

Na sequência, a partir de 2014, a Companhia recebeu, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, a determinação para que a Concessionária direcionasse os investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para acompanhamento do cronograma de obras de pavimentação e implantação de redes de drenagem de águas pluviais, previstas no programa "Pavimentação e qualificação de vias urbanas" da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, o que impactou o cronograma de universalização dos serviços de coleta de esgoto. Em razão disso, por meio



★ continuação

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refletem as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC excede o seu valor recuperável.

Pérdidas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor das passivas de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescissão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses, a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, a Companhia também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

h) Benefícios a empregados

i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal. Podem ser estendidos aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pelas Companhias são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

iii) Tributos

iv) Imposto de renda e contribuição social

Lucro real

A Companhia calcula o Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões prevista na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 5% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideram a compensação de pagamento de impostos nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

v) Benefícios a empregados

vi) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

vii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal. Podem ser estendidos aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pelas Companhias são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

viii) Imposto de renda e contribuição social

ix) Imposto de renda e contribuição social

As alterações ao Pronunciamento CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa que lhe é equivalente. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

• Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento num taxa de mercado.

Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.

• Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos exercícios futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa que lhe é equivalente. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

• Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento num taxa de mercado.

Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.

• Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos exercícios futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa que lhe é equivalente. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

• Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento num taxa de mercado.

Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.

• Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos exercícios futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa que lhe é equivalente. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

• Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento num taxa de mercado.

Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.

• Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos exercícios futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa que lhe é equivalente. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

• Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento num taxa de mercado.

Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.

• Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos exercícios futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa que lhe é equivalente. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

• Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento num taxa de mercado.

Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.

• Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos exercícios futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa que lhe é equivalente. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

• Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento num taxa de mercado.

Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.

• Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos exercícios futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa que lhe é equivalente. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

• Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento num taxa de mercado.

Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.

• Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos exercícios futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa que lhe é equivalente. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

• Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento num taxa de mercado.

Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.

• Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos exercícios futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa que lhe é equivalente. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

• Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento num taxa de mercado.



★ continuação

**11. Fornecedores e empreiteiros**

	2021	2020
Fornecedores de materiais e serviços:	22.766	24.964
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	4.619	6.745
Circulante	27.385	31.699
Não circulante	25.003	31.699
	2.382	-

**12. Empréstimos e debêntures**

Modalidade	Vencimento final dos contratos	Valor Captado	2021	2020
			2021	2020
Loan	Liber 6M + Dezembro/2026	27.814	23.141	25.829
Debêntures	CDI + 0,80% Outubro/2024	653.900	657.798	912.453
Debêntures	a 2,70% a.a. a Julho/2026	276.100	329.778	297.712
Cédula de Crédito Bancário	4,40% a.a. Julho/2029	100.000	59.573	99.096
Circulante	3,80% a.a. Junho/2023	1.000.701	1.146.224	1.005.701
Não circulante		64.589	188.866	-
		1.005.701	1.146.224	-

**Cronograma de amortização da dívida:**

	2021	2020
As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 têm o seguinte cronograma de vencimento:	24.700	-
Cronograma de amortização da dívida - empréstimos	4.699	-
2023	4.699	-
2024	4.700	-
2025	38.798	-
2026		-

**Cronograma de amortização da dívida - debêntures:**

	2021	2020
2023	175.000	-
2024	175.000	-
2025	151.950	-
2026	151.950	-
2027	107.750	-
2028 em diante	215.500	-
	977.150	-

**Custo de captação (não circulante)**

	2021	2020
Total Movimentação das dívidas	1.335.090	1.016.167
Saldo inicial	-	450.000
Captações	(311.192) (137.571)	-
(-) Pagamento de principal	(56.082) (52.332)	-
(-) Pagamentos de juros	88.361	51.515
Provisão de juros (nota explicativa nº 18)	7.403	6.488
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	1.744	6.735
Variação cambial	-	(7.952)
(-) Custo de Captação do exercício	4.966	2.040
Amortização do custo de captação do exercício	-	-
Saldo final	1.070.290	1.335.090
O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2021 totaliza o montante de R\$ 13.441 (R\$ 18.407 em 31 de dezembro de 2020).		-

**(a) Debêntures**

	2021	2020
A Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, conforme demonstrado a seguir:	1.005.701	-
<b>16. Receita operacional líquida</b>		
<b>Receita de prestação de serviços</b>		
Serviços de abastecimento de água	388.426	359.465
Outros serviços indiretos de água	90.302	75.439
Serviços de esgoto	205.489	186.290
Outros serviços indiretos de esgoto	25.297	15.840
Réceitas de construção - ativo intangível	157.346	110.007
<b>Total receita bruta</b>	<b>867.860</b>	<b>747.041</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(5.818)	(3.520)
(-) Impostos sobre serviços	(65.184)	(58.600)
<b>Total da receita operacional líquida</b>	<b>795.858</b>	<b>684.921</b>
<b>17. Custos e Despesas por natureza</b>		
<b>Passivos</b>		
Fornecedores e empreiteiros	27.385	25.004
Empréstimos e debêntures	1.070.290	1.757.378
Outras contas a pagar	31.609	36.588
	1.129.284	1.821.352
<b>2020</b>		
<b>Fluxo financeiro</b>		
<b>Passivos</b>		
Fornecedores e empreiteiros	27.385	25.004
Empréstimos e debêntures	1.070.290	1.757.378
Outras contas a pagar	31.609	4.635
	1.129.284	2.810
<b>Até 12 meses</b>	<b>4.013</b>	<b>4.022</b>
<b>25 a 48 meses</b>	<b>21.108</b>	<b>21.108</b>
<b>49 meses em diante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>		
Fornecedores e empreiteiros	31.699	31.699
Empréstimos e debêntures	1.335.090	1.697.943
Dividendos a pagar	45.294	45.294
Outras contas a pagar	32.867	42.155
	1.444.950	1.817.091
<b>Até 12 meses</b>	<b>5.868</b>	<b>5.868</b>
<b>25 a 48 meses</b>	<b>2.334</b>	<b>2.844</b>
<b>49 meses em diante</b>	<b>3.826</b>	<b>27.283</b>
<b>Passivos</b>		
Fornecedores e empreiteiros	31.699	31.699
Empréstimos e debêntures	1.335.090	1.697.943
Dividendos a pagar	45.294	45.294
Outras contas a pagar	32.867	42.155
	1.444.950	1.817.091
<b>Até 12 meses</b>	<b>5.868</b>	<b>5.868</b>
<b>25 a 48 meses</b>	<b>2.334</b>	<b>2.844</b>
<b>49 meses em diante</b>	<b>3.826</b>	<b>27.283</b>
<b>Passivos</b>		
Fornecedores e empreiteiros	31.699	31.699
Empréstimos e debêntures	1.335.090	1.697.943
Dividendos a pagar	45.294	45.294
Outras contas a pagar	32.867	42.155
	1.444.950	1.817.091
<b>Até 12 meses</b>	<b>5.868</b>	<b>5.868</b>
<b>25 a 48 meses</b>	<b>2.334</b>	<b>2.844</b>
<b>49 meses em diante</b>	<b>3.826</b>	<b>27.283</b>
<b>Passivos</b>		
Fornecedores e empreiteiros	31.699	31.699
Empréstimos e debêntures	1.335.090	1.697.943
Dividendos a pagar	45.294	45.294
Outras contas a pagar	32.867	42.155
	1.444.950	1.817.091
<b>Até 12 meses</b>	<b>5.868</b>	<b>5.868</b>
<b>25 a 48 meses</b>	<b>2.334</b>	<b>2.844</b>
<b>49 meses em diante</b>	<b>3.826</b>	<b>27.283</b>
<b>Passivos</b>		
Fornecedores e empreiteiros	31.699	31.699
Empréstimos e debêntures	1.335.090	1.697.943
Dividendos a pagar	45.294	45.294
Outras contas a pagar	32.867	42.155
	1.444.950	1.817.091
<b>Até 12 meses</b>	<b>5.868</b>	<b>5.868</b>
<b>25 a 48 meses</b>	<b>2.334</b>	<b>2.844</b>
<b>49 meses em diante</b>	<b>3.826</b>	<b>27.283</b>
<b>Passivos</b>		
Fornecedores e empreiteiros	31.699	31.699
Empréstimos e debêntures	1.335.090	1.697.943
Dividendos a pagar	45.294	45.294
Outras contas a pagar	32.867	42.155
	1.444.950	1.817.091
<b>Até 12 meses</b>	<b>5.868</b>	<b>5.868</b>
<b>25 a 48 meses</b>	<b>2.334</b>	<b>2.844</b>
<b>49 meses em diante</b>	<b>3.826</b>	<b>27.283</b>
<b>Passivos</b>		
Fornecedores e empreiteiros	31.699	31.699
Empréstimos e debêntures	1.335.090	1.697.943
Dividendos a pagar	45.294	45.294
Outras contas a pagar	32.867	42.155
	1.444.950	1.817.091
<b>Até 12 meses</b>	<b>5.868</b>	<b>5.868</b>
<b>25 a 48 meses</b>	<b>2.334</b>	<b>2.844</b>
<b>49 meses em diante</b>	<b>3.826</b>	<b>27.283</b>
<b>Passivos</b>		
Fornecedores e empreiteiros	31.699	31.699
Empréstimos e debêntures	1.335.090	1.697.943
Dividendos a pagar	45.294	45.294
Outras contas a pagar	32.867	42.155
	1.444.950	1.817.091
<b>Até 12 meses</b>	<b>5.</b>	



★ **continuação**

As fontes de inefetividade do hedge podem ser oriundas de:

- Índices diferentes (e, consequentemente, curvas diferentes) associados ao risco protegido dos itens cobertos e instrumentos de hedge;
- O risco de crédito das contrapartes tem um impacto diferente nos movimentos do valor justo dos instrumentos de hedge e itens protegidos;
- Alterações na quanta prevista de fluxos de caixa de itens protegidos e instrumentos de hedge.

**Valor justo**

**Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Administração considera o dólar do cenário base de R\$ 5.5805/US\$. O cenário I é o dólar a R\$ 4.4644/US\$, o cenário II é o dólar a R\$ 3.1889/US\$ e o cenário III é o dólar a R\$ 2.7903. No cenário I, o valor justo dos derivativos será de R\$ 4.850. Nos dois outros cenários, o valor justo dos derivativos será de R\$ (1.001) e R\$ (2.829), respectivamente.

Administração considera como risco a alta do CDI. A Companhia considera como cenário base a curva de taxas referenciais DI x Pré divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2021. A cia. estimou que o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. Neste caso o valor justo dos derivativos seria de R\$ 9.997, R\$ (10.047), R\$ (10.067), respectivamente.

Administração considera ainda o risco da alta do Cupom Cambial. A Companhia considera como cenário base a curva de taxas referenciais Cupom Limpo divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2021. A cia. estimou que o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. Neste caso o valor justo dos derivativos seria de R\$ 9.714, R\$ (9.223), R\$ (8.989) respectivamente.

#### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)**

Dessa forma, temos o seguinte quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

<b>Instrumento</b>	<b>Exposição</b>	<b>Risco</b>	<b>2021</b>		
			<b>Cenários</b>	<b>I</b>	<b>II</b>
Swap	9.970	Queda USD	4.850	(1.001)	(2.829)
		Alta Curva CDI	9.997	(10.047)	(10.069)
		Alta Curva Cupom Cambial	9.714	(9.223)	(8.989)

#### **21. Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cobertura de seguros era composta por:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Danos materiais	124.000	124.000
Responsabilidade civil	100.000	100.000
Executante concessionário	28.403	30.267
Riscos de engenharia	80.952	34.702

#### **22. Lucro líquido por ação**

##### **a) Lucro básico e diluído por ação**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Lucro líquido da Companhia	227.138	208.913
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	209.094	111.800
Lucro básico e diluído por ação - R\$	1,09	1,87

A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

#### **DIRETORIA**

**Themis de Oliveira**  
Diretor Presidente

**Gabriel Martins Buim**  
Diretor Executivo

**André Pires de Oliveira Dias**  
Diretor de Relações com Investidores

#### **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas 3.d., 3.j., 9 e 10.

A mensuração do ativo de contrato de concessão e consequentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e intangível como área significativa de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.d., 3.j., 9 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Efeitos contábeis das investigações independentes conduzidas pela Companhia

Durante o exercício de 2021 foram concluídas as investigações independentes contratadas pelo Conselho de Administração da Aegea Saneamento e Participações S.A., controladora da Companhia, para averiguar as alegações e desdobramentos relacionados à Operação Lama Asfáltica, deflagrada pela Polícia Federal, em 2017, na qual a Companhia foi alvo de procedimentos investigatórios. A diretoria, após reunir todos os elementos e documentações, finalizou a mensuração dos efeitos nos saldos contábeis da Companhia, e reconheceu os ajustes, fundamentalmente relacionados a capitalizações de ativos intangíveis (CPC 04 - R1- Ativos intangíveis) e seus respectivos efeitos tributários, de forma retrospectiva. Por consequência, os saldos contábeis apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reacondicionados.

O processo de investigação e a mensuração dos efeitos contábeis relativos a essa, é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, consideramos os efeitos contábeis de tais investigações independentes como assunto relevante de nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros: (i) envolvimento de nossos especialistas de forenses para nos auxiliar, no entendimento dos procedimentos e critérios adotados na execução das investigações independentes; (ii) avaliação dos procedimentos e critérios adotados na execução das investigações; (iii) entendimento, análise e validação da integridade das bases de dados extraídas e utilizadas na determinação dos efeitos contábeis, (iv) testes em bases amostrais de documentação com o objetivo de validar a existência; (v) com auxílio de nossos especialistas em legislação tributária, realizamos avaliação dos critérios e validação dos cálculos realizados acerca dos efeitos tributados; e (vi) revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas utilizados na determinação da reapresentação de saldos comparativo, decorrentes da conclusão das investigações, assim como as respectivas divulgações na nota 4, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **23. Compromissos vinculados a contratos de concessão**

A Companhia possui a obrigação de pagamento da outorga devida ao Estado do Mato Grosso do Sul, mensalmente até outubro de 2030, sendo corrigido anualmente pelo mesmo índice de correção da tarifa. Já os valores de outorga devidos ao município de Campo Grande - MS estão temporariamente suspensos conforme mencionado na nota explicativa nº 13 Outras contas a pagar.

Além disso, a Companhia deverá pagar mensalmente 0,5% do faturamento para implantação de obras e ações de interesse social, voltados à população carente, conforme indicação dos locais e famílias pela Prefeitura Municipal de Campo Grande.

A Companhia também possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente da taxa de regulação, que corresponde a 1% da receita bruta referente aos serviços de abastecimento de água e dos serviços de esgoto.

O contrato e seus aditivos, prevêem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão em R\$ 607.146, em valores históricos firmados na data da assinatura do contrato de concessão. As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% até o final do contrato; (ii) manter os níveis de redução de perdas em 28% até o final da concessão; (iii) quanto ao sistema de esgotamento sanitário municipal, a Companhia redireciona os investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para acompanhamento do cronograma de obras de pavimentação e implantação de redes de drenagem de águas pluviais, previstas no programa "Pavimentação e qualificação de vias urbanas" da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, conforme determinado pelo Poder Concedente, enquanto o reordenamento de metas é definido.

#### **24. Aspectos ambientais**

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

#### **CONTADOR**

Itamar Portela Camargo - CRC MS 010387/055-MS

#### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 22 de fevereiro de 2022

**EY**  
Building a better working world

**ERNST & YOUNG**

**Auditores Independentes S.S.**

CRC 2SP027623/O

**José Antonio de Andrade Navarrete**  
Contador - CRC-1SP198698/O-4